



Comissão Brasileira Justiça e Paz

Vinculada à Comissão Pontifícia

Justiça e Paz - Roma

Relacionada com a Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil

NOTA DA CBJP CONTRA A IDOLATRIA DO DINHEIRO SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL

A CBJP manifesta profunda preocupação e desacordo com os PLP 112/2019 (Câmara dos Deputados) e PLP 19/2019 (Senado Federal), que propõem a “independência do Banco Central” e que estão em regime de urgência para serem votados no Congresso Nacional.

Os projetos colocam o Banco Central acima do controle da sociedade e dos seus representantes legais eleitos. O Banco Central tem uma grande importância por sua incidência para o desenvolvimento do país, sendo imprescindível sua atuação de forma transparente, submetida ao controle social. O problema principal dessas propostas de independência do Banco Central é que esta institucionaliza um triplice ‘i’, de características típicas da idolatria do dinheiro: Ilimitados poderes à margem do controle social e estatal; Irresponsabilidade fiscal e financeira; e Inimputabilidade aos dirigentes, que “não serão passíveis de responsabilização por atos praticados no exercício de suas atribuições”, salvo as hipóteses de dolo ou fraude.

Como denunciado na Exortação *Evangelii Gaudium* (EG), iniciativas como estas, “negam o direito de controle dos Estados, encarregados de velar pela tutela do bem comum. Instaura-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras” (EG, 56). Isso representa uma estrutura que, assim como está cogitada e configurada, torna-se inaceitável do ponto de vista ético. “O dinheiro deve servir, e não governar” (EG, 58).

Os projetos citados se chocam frontalmente contra a ordem jurídica do Estado democrático e o pensamento da Doutrina Social da Igreja. A independência do Banco Central, a todo o custo, “reafirma um domínio absoluto da finança”, condenado pela Encíclica *Laudato Si* (LA, 189), que, como já assinalava o Papa Pio XI, na Encíclica *Quadragesimo Anno* (QA), consiste num verdadeiro despotismo econômico nas mãos de poucos (QA, 105). “Acrescem-se os danos gravíssimos originários pela malfadada confusão das funções e atribuições da ordem política e das da ordem econômica, quais são: primeiro, e um dos mais funestos, o aviltamento da majestade do Estado, a qual do trono onde, livre de partidarismos e atenta só ao bem comum e à justiça, se deveria sentar como rainha e árbitro supremo dos negócios públicos, se vê feita escrava, entregue e acorrentada ao capricho de paixões desenfreadas” (QA, 109).

Ademais, os projetos em questão ainda tentam legalizar mecanismos danosos para a economia brasileira, como a “remuneração da sobra de caixa dos bancos”, que vêm sendo denunciados por entidades da sociedade civil, como mencionado na *Carta Aberta sobre a Independência do Banco Central*, da Auditoria Cidadã da Dívida.

Diante do acima exposto, a CBJP insta que os representantes eleitos retirem o regime de URGÊNCIA da votação para dialogar com a sociedade brasileira sobre as graves consequências desses projetos.

Brasília, 9 de março de 2020

Comissão Brasileira Justiça e Paz